

ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2017
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Mário Marcondes
Maurício Eskudlark

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Comunica que em data anterior, a Casa recebeu a visita de inúmeras entidades, que vieram exigir respostas a dois encaminhamentos para o *impeachment* do governador Raimundo Colombo. Comenta que há dois conjuntos de regras regimentais e constitucionais, que dizem respeito a casos de processo para avaliação de crime de responsabilidade do governador ou de secretários, cobrando do presidente da Alesc o cumprimento do Regimento Interno, e que também não criou comissão Especial para emitir parecer sobre esta representação.

Justifica que não está condenando ninguém, mas que existe um procedimento a ser respeitado, e espera que seja dada devida atenção aos apelos da sociedade catarinense, das lideranças do estado à representação que fizeram à Assembleia Legislativa.

Informa que esteve visitando o Incra, Instituto de Reforma Agrária do estado, devido a processo de mobilização de ocupação de trabalhadores assentados, denunciando a falta de iniciativa deste órgão em dar continuidade aos processos de assentamento no estado, e que não assume decisões já tomadas pelo Poder Judiciário, citando áreas em Abelardo Luz e Xanxeré, onde os agricultores ainda estão esperando a desapropriação, deixando as famílias sem cumprir a sua função social em tornar as áreas produtivas.

Conclui apelando ao Incra para que resolva a situação destes produtores rurais, e que vai ficar atento, pois os sem-terra precisam produzir, e ajudar Santa Catarina e o nosso país na produção alimentos. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Retoma o tema que trata da violência contra a mulher catarinense ao enumerar crimes hediondos que ocorrem a cada 12 minutos diariamente, evidenciando a vulnerabilidade a que estão submetidas.

Menciona que as políticas públicas por parte do governo estadual tiveram avanços pífios, mesmo quando se considera o estado de Santa Catarina como um dos melhores na área de turismo, porém ocupa o quarto lugar em número de feminicídios, que é o assassinato de mulheres em contextos marcados pela desigualdade de gênero. Assim, pede políticas públicas de proteção à mulher e como parlamentar feminina não se calará, fará a discussão para que os números diminuam ao elencar os anos de 2010 e 2016, quando foram registrados 21 mil e 29.933 casos de violência contra a mulher respectivamente.

Deputado Dirceu Dresch (Aparteante) - Corrobora com a fala da deputada e questiona porque o tema não é discutido nas escolas. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Faz menção a um tema relevante que é o acesso de estudantes à universidade, e enobrece os governos de Lula e de Dilma Rousseff, presidentes que conseguiram colocar os jovens da escola pública a frequentar um curso superior.

Destaca que o estado de Santa Catarina colocou em prática a Lei do Art. 170, da Constituição Estadual, garantindo 5% de seu orçamento a bolsas de estudo e pesquisas às universidades comunitárias com percentual de 90% e 10% aos estabelecimentos particulares. Entretanto, lamenta que o governo estadual desde 2011 a 2016 não cumpre a referida lei, representando o montante de R\$ 1 bilhão, porém foi repassado 1/3 que equivale o valor de R\$ 743,03 milhões, prejudicando os estudantes do Sistema CAF e das universidades particulares, segundo dados do Tribunal de Contas do estado.

Para finalizar, ratifica que todo estudante tem direito à bolsa de estudos e que o Parlamento precisa encabeçar essa luta, garantindo a aplicação de 5%, constante na lei.

Deputado Ismael dos Santos (Aparteante) - Parabeniza a deputada pela intervenção no assunto, afirmando também a necessidade da participação ativa dos deputados e pressão ao governo para quitar o referido débito. [Taquígrafa: Elzamar]

Partidos Políticos

Partido: PSDB

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Cumprimenta o diretor do Hospital Infantil dr. Carlos Scheller, bem como os médicos Roberto Souza Morais e André Aguiar, que participaram da audiência pública na presente data, e também a equipe de

administração do hospital. Lamenta que a atual estrutura da Secretaria da Saúde faça com que todos os hospitais públicos dependam de decisões da Secretaria Central, vinculados ao tempo da lei de licitação, para fazer compras de material para UTI e centro cirúrgico. Adverte que, se não houver uma mudança urgente, corre-se o risco de ter salas de cirurgias fechadas por falta de material e equipamento, enquanto há enorme fila de pacientes necessitando de atendimento. Manifesta apoio para fazer as adequações legais necessárias para que a população volte a ser devidamente atendida.

Declara-se decepcionado com o que foi votado e aprovado ontem na comissão Especial da Reforma Política, que prevê a criação do "distritão" e, a partir de determinada data, com a proposta de voto distrital. Afirma que não viu na reforma algo que de fato diminua os gastos com propaganda de rádio e televisão. Ressalta que, em tal sistema, o candidato e o eleitor ficam reféns dos marqueteiros que criam os melhores personagens.

Também comenta que essa reforma, em Santa Catarina, significa R\$ 100 milhões, que atenderiam 100 mil pacientes que de fato estão na fila. Considera que a reforma que devia acontecer não está acontecendo. *[Taquígrafa: Sara]*

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Tece considerações sobre o concurso público promovido pela Secretaria de Estado da Educação que será realizado em Santa Catarina para a contratação de professores em diferentes áreas. Ressalta que o número de professores concursados no estado é bem menor do que o de contratados. Por isso, manifesta indignação com o número irrisório de vagas abertas com o concurso, entendendo que de maneira alguma suprirão a necessidade real das escolas públicas catarinenses.

Destaca como aspecto positivo a inclusão de vagas para professores bilíngues que atenderão as unidades indígenas catarinenses, porém entende que o concurso não vai atender o grande desafio da educação em Santa Catarina, que é ter uma equipe

de professores concursados nas escolas que conheçam bem o estudante e possam continuar o trabalho no próximo ano. *[Taquígrafa: Cristiany]*

Partido: PMDB

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (Orador) - Comenta que o Brasil vive um momento de absoluta desconexão da classe política com a sociedade, quando o Congresso Nacional propõe o voto "distritão", coisa exdrúxula, que não existe em local nenhum do mundo, considerando exagero também o gasto de R\$ 3,6 bilhões para financiar as eleições, destacando que no momento o rombo fiscal é estrondoso, que as contas públicas estão comprometidas, e votar uma reforma política com esta crise, é zombar da população brasileira e ficar indiferente com o que está acontecendo no país.

Salienta que em Santa Catarina a situação não é diferente, porque o estado está produzindo para os próximos anos um rombo fiscal, dívidas públicas que podem ser catastróficas, citando que o atual governo criou dificuldades para o futuro em várias áreas, e a dívida vai se ampliar muito a partir do próximo ano, devido a muitos empréstimos com juros altos.

Finaliza dizendo que o próximo governo estadual vai ter além do já previsto, um incremento em dívidas, e que vai tornar insustentável administrar Santa Catarina, e que existe falta de preocupação com o futuro. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PCdoB

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Reporta-se à Lei n. 15.596, de 2015, de proposição da deputada Angela Albino, que instituiu a Semana de Conscientização Sobre os Direitos das Gestantes em Santa Catarina e enaltece o trabalho desenvolvido pela referida deputada quando exerceu seu mandato na Alesc, mencionando seu empenho ao apresentar juntamente com o deputado Darci de Matos, o Projeto de Lei n. 16.869/2016, que dispõe sobre a presença de doulas durante o andamento de trabalho

de parto e pós-parto. Ao mesmo tempo, exalta a deputada estadual paulista do PCdoB, Leci Brandão, por apresentar um dos primeiros projetos de lei estadual no mesmo sentido.

Menciona o PL n. 0046/2016 de sua autoria que trata da instituição do Dia Estadual das Doulas, bem como a iniciativa de instituir em Santa Catarina o 'selo lugar amigo da amamentação' nos estabelecimentos comerciais, a fim de garantir o melhor alimento do bebê. Ressalta o teor do PL n. 0066/2017 que trata da implantação de política pública estadual de atendimento às gestantes e parturientes, o qual foi desenvolvido em parceria com o movimento de mulheres para valorizá-las já que representam mais da metade da nossa população. Cita projeto de iniciativa do partido que veda o uso de algemas em presidiárias parturientes no Brasil.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) -
Suspende a sessão até o início da Ordem do Dia.
[Taquígrafa: Sílvia]

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) -
Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0085/2016, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que acresce o art. 36-A e o §6º ao art. 40 da Lei nº 14.675, de 2009, que Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

Conta com parecer das comissões de Constituição e Justiça; de Turismo e Meio Ambiente; e, de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Valdir Cobalchini e Natalino Lázare.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 01692017, de autoria do deputado Altair Silva, que declara de utilidade pública a Associação dos Apicultores de Águas Mornas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0180/2017, de autoria do Governador do Estado, que altera o art. 3º da Lei nº 11.522, de 2000, que cria o Conselho Estadual de Alimentação Escolar e adota outras providências. (Regime de Urgência)

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; Finanças e Tributação; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0184/2017, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública a Associação de Voluntários da Maternidade Darcy Vargas, de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0185/2017, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, que declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Anchieta, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0188/2017, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que declara de utilidade pública o Instituto em Gerontologia Aplicada - INTEGRA Jaraguá do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0194/2017, de autoria do deputado Cleiton Salvaro, que declara de utilidade pública a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Criciúma.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único de Projeto de Lei n. 0198/2017, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Santa Terezinha do Progresso. (atendimento às séries iniciais da rede municipal de ensino e uso da quadra poliesportiva).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0211/2017, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro, que declara de utilidade pública a Fundação Instituto de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão do Centro de Ciências Agroveterinárias (FIEPE/CAV), de Lages.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0243.7/2017, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que declara de utilidade pública o Instituto de Pesquisa da Arte pelo Movimento, de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0313/2016, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores Vila Nova (AMOVIN), de Guaramirim.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0360/2015, de autoria do Governador do Estado, que altera o art. 2º da Lei nº 15.506, de 2011, que autoriza a doação de imóvel no Município de Biguaçu. (implantação área de lazer)

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0005/2017, de autoria do deputado Natalino Lázare, que concede Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Odacir Zonta.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0046/2016, de autoria do deputado Cesar Valduga, que institui o Dia Estadual das Doulas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e, de Saúde.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0083/2017, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado aos secretários da Fazenda e da Administração, solicitando informações acerca do pagamento de pensões especiais.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0084/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao secretário de Estado da Fazenda, solicitando informações acerca de valores provenientes do recurso de compensação financeira, bem como retornos gerados pelas aplicações e aplicações futuras previstas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0135/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde,

manifestando contrariedade ao possível encerramento das atividades no Hospital Santa Teresa, no Município de São Pedro de Alcântara.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0139/2017, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, manifestando contrariedade à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.239 e defende sua improcedência. (Contesta o Decreto nº 4887/03 que regulamenta o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias)

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0781/2017, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita o envio de mensagem ao Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando informações acerca das contas bancárias existentes cuja ação judicial tenha sido proposta pelo Ministério Público contra o Governo do Estado tendo por objeto o sequestro de bens para garantir recursos para a Saúde Pública municipal/estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0775/2017, de autoria do deputado Dóia Guglielmi; 0776/2017, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0777/2017 e 0778/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0779/2017 e

0780/2017, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0782/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Igualmente, a Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0599/2017, de autoria do deputado Altair Silva; 0600/2017 e 0601/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta; e, 0602/2017, de autoria do deputado Mário Marcondes.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[Coordenadora Carla]

Explicação Pessoal

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Notícia que participou, juntamente com o governador Raimundo Colombo, da inauguração da ala de emergência e de urgência, do Hospital Maicé, no município de Caçador, com a presença de membros da Associação Empresarial de 11 entidades da cidade, constituindo um conselho consultivo para administrar o referido hospital, sob a presidência do empresário Leonir Tesser, tornando-o referência em alta complexidade em várias áreas da saúde.

Destaca que 50% os valores investidos naquele estabelecimento de saúde foram doados pelo presidente e engenheiro José Adami Neto, filho do grande benfeitor da cidade, Vitor Adami, citando também vários outros exemplos de generosidade, como o presidente da Havan, Luciano Hang.

Por fim, manifesta o reconhecimento da colaboração também da classe política, promovendo uma nova era do poder público com a classe empresarial.

Deputada Ana Paula Lima (Aparteante) - Parabeniza o conselho consultivo pela iniciativa exemplar, reestruturando o Hospital Maicé, ressaltando a colaboração do Poder Legislativo por meio de emenda parlamentar do deputado federal Décio Lima. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.